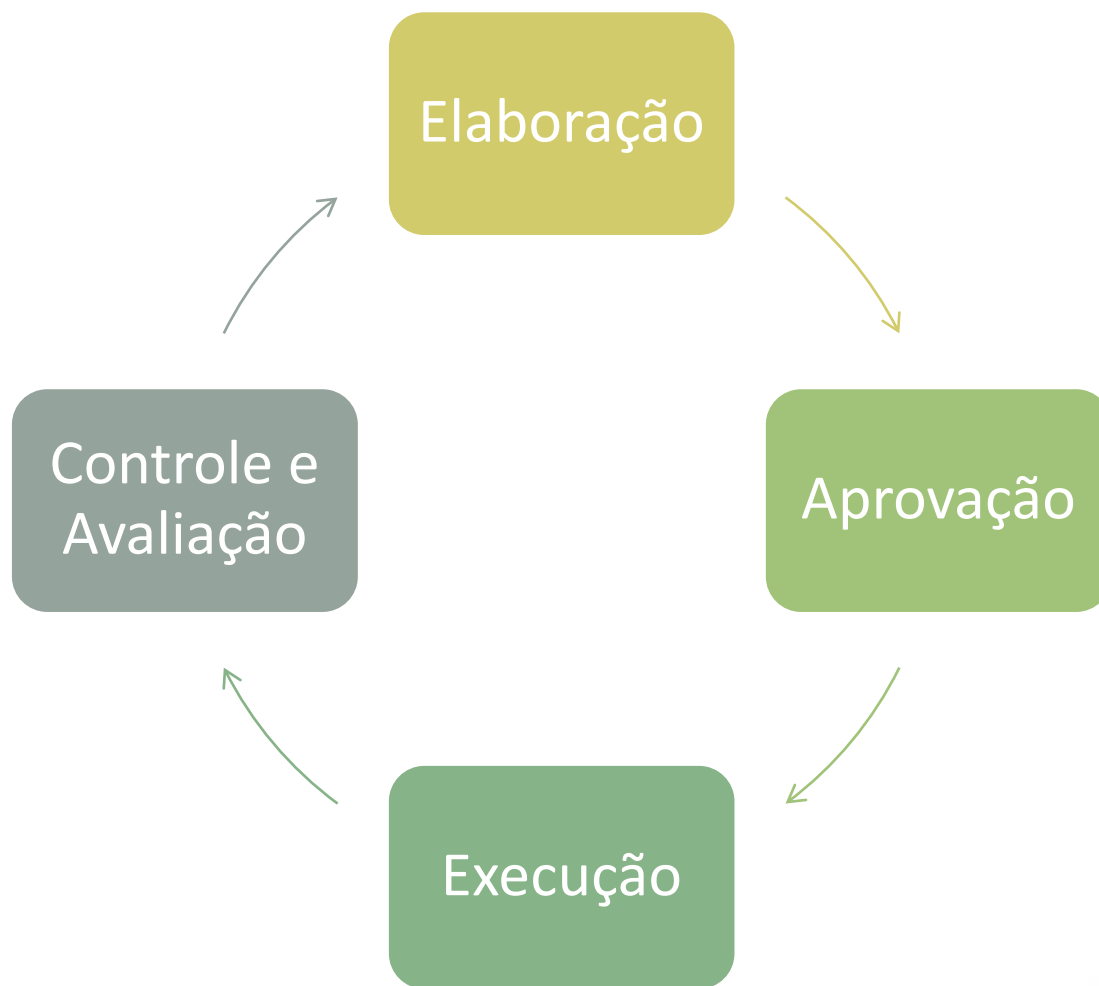


Ministério da Saúde
Secretaria de Atenção à Saúde
Departamento de Atenção Básica
Coordenação Geral de Alimentação e Nutrição

Financiamento das ações de Alimentação e Nutrição

Coordenação Geral de Alimentação e Nutrição

Ciclo Orçamentário



Orçamento público

- Por meio do orçamento público, os governos desenvolvem funções que são fundamentais para direcionar o desenvolvimento econômico e social do país.

Alocativa

Distributiva

Estabilizadora

Princípios do Orçamento

Anualidade

Legalidade

Uniformidade

Clareza

Não afetação
da receita

Todas as despesas e receitas devem
constar de uma única lei orçamentária
(Orçamento é uno)

Publicidade

Orçamento
bruto

recursos arrecadados e aplicados

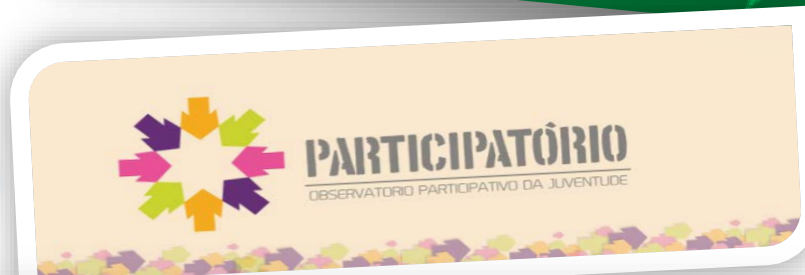
Orçamentária

Controle Social

- Organização dos cidadãos para conhecer o conteúdo sobre o orçamento, participar de sua elaboração, acompanhar a sua execução e verificar o alcance dos resultados



CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE



COMIDA DE VERDADE NO
CAMPO E NA CIDADE

5ª Conferência Nacional de

**Segurança Alimentar
e Nutricional**

3 a 6 de novembro de 2015
Brasília (DF)

Atributos recomendados aos gestores que desejam fortalecer o SUS através da execução de ações na área da saúde

Ações bem realizadas

Lisura

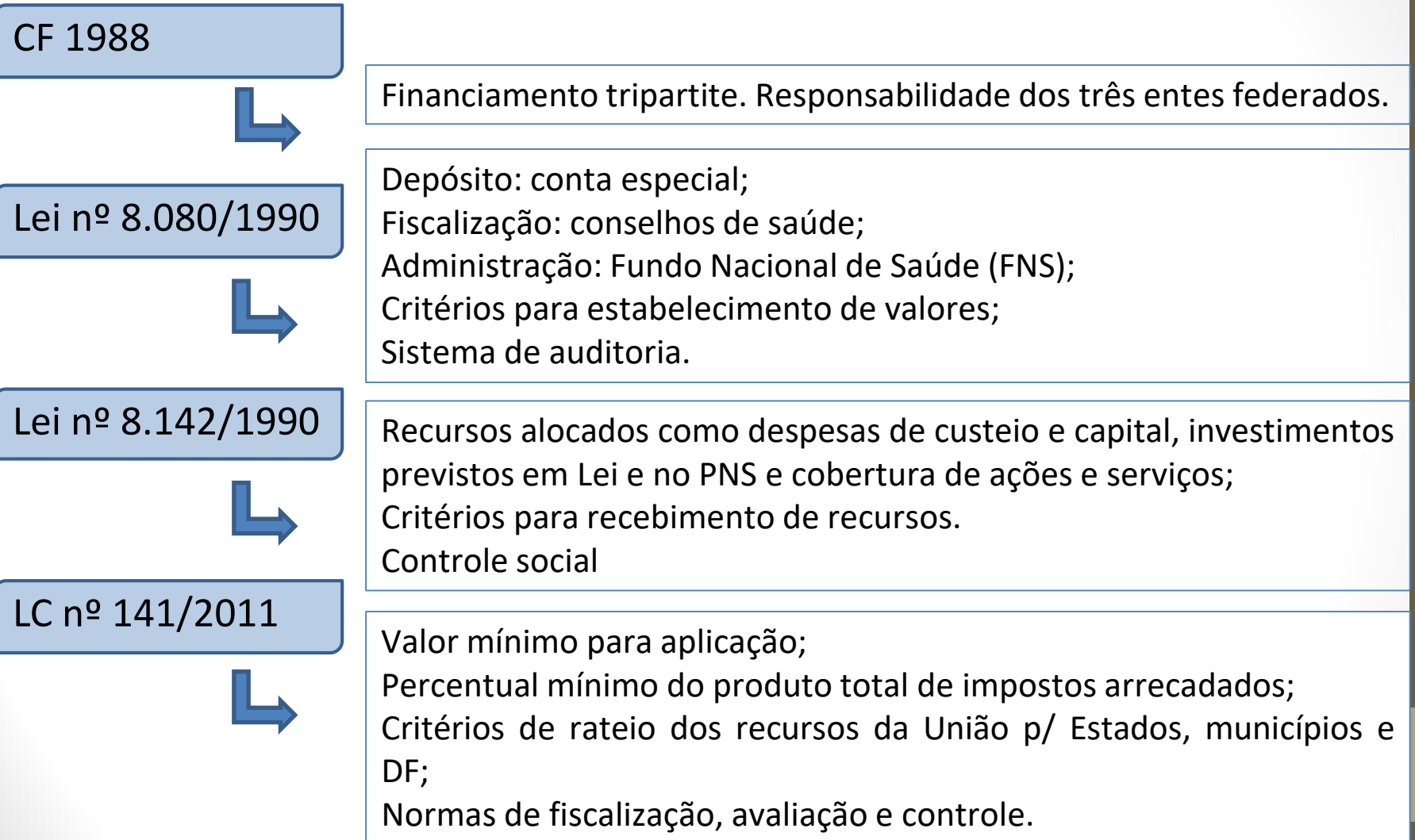
Economicidade

Transparência

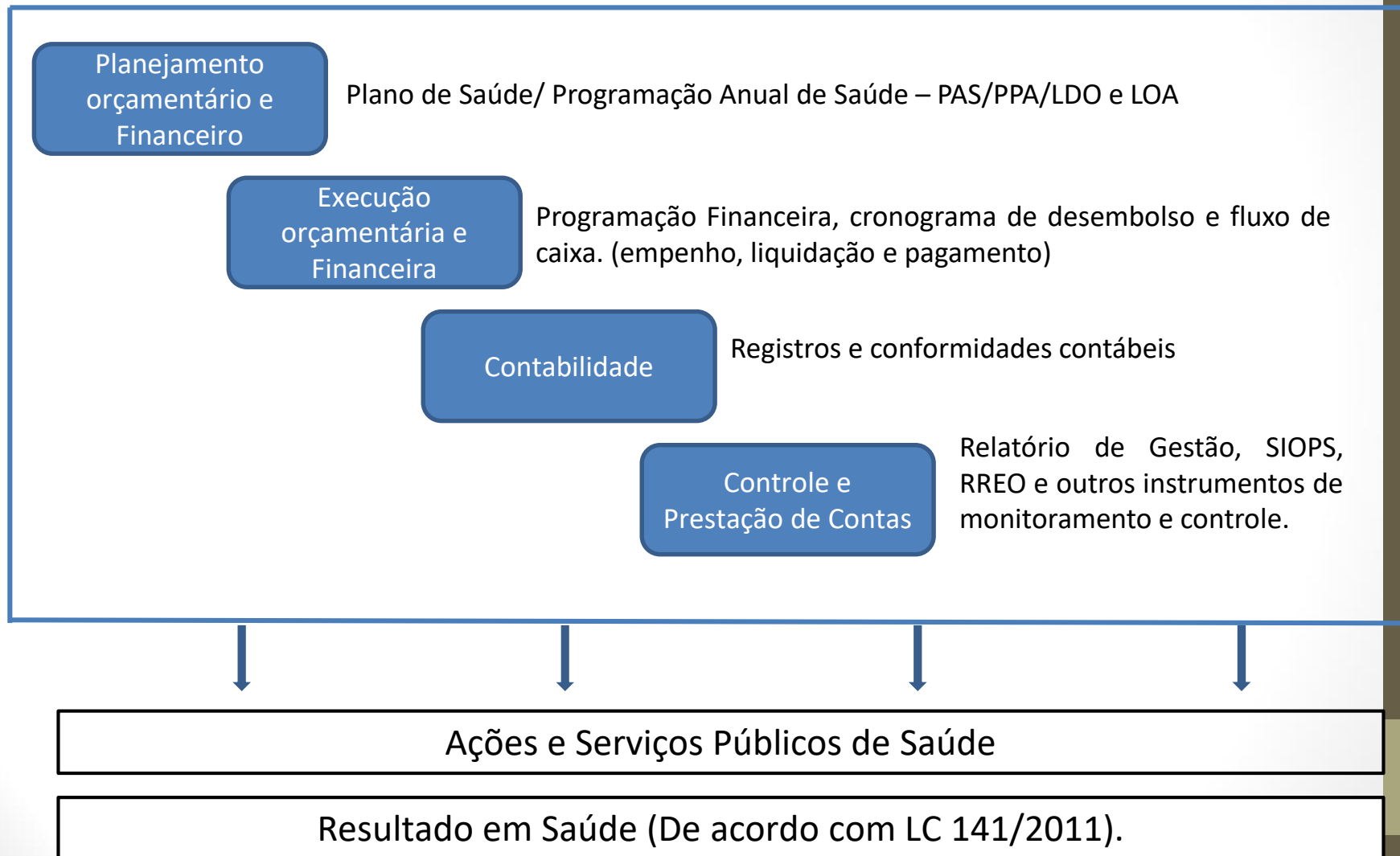


Qualidade às ações e serviços públicos de saúde colocados à disposição da comunidade local.

Financiamento do SUS



Gestão do Fundo de Saúde



Planejamento, Execução Orçamentária e Financeira

Fundo de Saúde:

- aplicação dos recursos da Saúde
- unidade orçamentária e gestora dos recursos orçamentários e financeiros.



- ✓ Definidos no orçamento do ente, em consonância com o respectivo Plano de Saúde, aprovados pelo Conselho de Saúde;
- ✓ Programas e ações contemplados de acordo com as metas que o governo pretende atingir;
- ✓ Recursos alocados por meio da LOA ou por via de créditos suplementares, especiais ou extraordinários.

Blocos de Financiamento do SUS

Os blocos de financiamento são constituídos por componentes, conforme as especificidades de suas ações e dos serviços de saúde pactuados.

Quais são?



- I – Atenção Básica;
- II – Atenção de Média e Alta Complexidade;
- III – Vigilância em Saúde;
- IV – Assistência Farmacêutica;
- V – Gestão do SUS;
- VI – Investimentos na Rede de Serviços de Saúde.

Obs: Os recursos que compõem cada bloco são transferidos em conta única e específica para cada bloco.

Bloco de Gestão do SUS

Apoiar a implementação de ações e serviços que contribuem para a organização e eficiência do SUS.

Componente para a Qualificação da Gestão do SUS

- ✓ Regulação, controle, avaliação, auditoria e monitoramento
- ✓ Planejamento e orçamento
- ✓ Programação
- ✓ Regionalização
- ✓ Gestão do trabalho
- ✓ Educação em saúde
- ✓ Incentivo à participação e controle social
- ✓ Informação e informática em saúde
- ✓ Estruturação de serviços e organização da assistência farmacêutica

Componente para a Implantação de Ações e Serviços de Saúde.

- ✓ Implantação e qualificação CAPS
- ✓ Implantação Residências Terapêuticas em Saúde Mental
- ✓ Fomento para ações de redução de danos em CAPS AD
- ✓ Inclusão social pelo trabalho: transtornos
- ✓ Implantação CEOs, SAMU, Cerest
- ✓ Re-estruturação dos Hosp. Colônias de Hanseníase
- ✓ Adesão à contratualização dos Hosp. Ensino
- ✓ Outros – atos normativos p/ implantação de políticas específicas.

Bloco de Gestão do SUS

Exemplos:

Componente para a Qualificação
da Gestão do SUS

Componente para a Implantação de
Ações e Serviços de Saúde.



Os recursos destinados a um bloco de financiamento específico poderão ser utilizados em ações de outro bloco?



Os recursos referentes a cada bloco de financiamento devem ser aplicados nas ações e serviços de saúde **relacionados ao próprio bloco.**

Poderão ser acrescidos de recursos específicos (aplicação em conformidade com ato normativo):

- ✓ situações emergenciais
- ✓ riscos sanitários e epidemiológicos

Despesas de Custeio e Capital

Custeio

Manutenção dos serviços criados anteriormente, e correspondem entre outros gastos, os com pessoal, material de consumo, serviços de terceiros e gastos com obras de conservação e adaptação de bens imóveis.

Capital

Planejamento e execução de obras, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente, constituição ou aumento do capital do Estado que não sejam de caráter comercial ou financeiro.

Como são classificados o FAN e o incentivo p/ VAN?



Sistemas que podem subsidiar o planejamento

- Nota Técnica do DAB (MS);
- Sala de Apoio à Gestão Estratégica (MS)
- Sistema DEvInfo do Portal dos Objetivos do Milênio (ORBIS/PNUD/unicef/FIEP/SESI/IPEA);
- Boletins municipais – Relatórios de informações sociais (MDS);
- Sistema Nacional de informação das cidades (Ministério das cidades)

Financiamento das Ações de Alimentação e Nutrição - Histórico dos repasses do Ministério da Saúde

PORTARIA	PÚBLICO	OBJETIVO	RECURSO TOTAL REPASSADO
Portaria nº 2.409 de 23/03/1998	todos os municípios	implementar ações de combate às carências nutricionais	
Portaria nº 709 de 10/06/1999	todos os municípios	implementar ações de combate às carências nutricionais	R\$ 166.056.480,00
Portaria nº 1770 de 20/09/2001	os estados por meio de convênio	Programa Bolsa Alimentação	
Portaria nº 1357 de 23/06/2006	todos os estados e capitais	estruturar as ações de alimentação e nutrição nas respectivas secretarias de saúde	R\$ 4.200.000,00

Histórico dos repasses do Ministério da Saúde

PORTARIA	PÚBLICO	OBJETIVO	RECURSO TOTAL REPASSADO
Portaria nº 3181 de 12/12/2007	todos os estados e municípios (mais de 200 mil habitantes)	estruturar as ações de alimentação e nutrição nas respectivas secretarias de saúde	R\$ 8.180.000,00
Portaria nº 1424 de 10/07/2008	todos os estados e municípios (mais de 200 mil habitantes)	estruturar as ações de alimentação e nutrição nas respectivas secretarias de saúde	R\$ 8.180.000,00
Portaria nº 2324 de 06/10/2009	todos os estados e municípios (mais de 150 mil habitantes)	estruturar as ações de alimentação e nutrição nas respectivas secretarias de saúde	R\$ 8.630.000,00
Portaria nº 1630 de 24/06/2010	todos os estados e municípios (mais de 150 mil habitantes)	estruturar as ações de alimentação e nutrição nas respectivas secretarias de saúde	R\$ 8.885.000,00

Histórico dos repasses do Ministério da Saúde

Tipo de incentivo financeiro/ano	Portaria que autoriza o repasse	Componentes	Ação/Serviço/Estratégia
FAN 2009 a 2012 Repassse para todos os estados e municípios com população ≥ 150 mil habitantes	Portaria nº 2349 de 10/10/2012 Portaria nº 2685 de 16/11/2011 Portaria nº 1630 de 24/06/2010 Portaria nº 2324 de 06/10/2009	Implantação de ações e serviços de saúde	Programa de financiamento das ações de alimentação e nutrição (FAN)
FAN 2013 Repassse para todos os estados e municípios com população ≥ 150 mil habitantes	Portaria nº 1738 de 20/08/13 <u>*revoga todas as portarias anteriores do FAN</u>	Implantação de ações e serviços de saúde	Programa de financiamento das ações de alimentação e nutrição (FAN)
FAN 2014 Repassse para todos os estados e municípios com população ≥ 150 mil habitantes	Portaria nº 1.941, de 12 de setembro de 2014	Implantação de ações e serviços de saúde	Programa de financiamento das ações de alimentação e nutrição (FAN)

Histórico dos repasses do Ministério da Saúde

Tipo de incentivo financeiro/ano	Portaria que autoriza o repasse	Público	Ação/Serviço/Estratégia
FAN 2015 Repasse para todos os estados e municípios com população ≥ 150 mil habitantes	Portaria nº 1.677, de 2 de outubro de 2015	178 municípios	Programa de financiamento das ações de alimentação e nutrição (FAN)
FAN 2016 Repasse para todos os estados e municípios com população ≥ 150 mil habitantes	Portaria nº 1.060, de 24 de maio de 2016	180 municípios	Programa de financiamento das ações de alimentação e nutrição (FAN)
FAN 2017 Repasse para todos os estados e municípios com população entre 30 e 150 mil habitantes	Portaria Nº 55 de 06 de janeiro de 2017	942 municípios	Programa de financiamento das ações de alimentação e nutrição (FAN)
FAN 2017 Repasse para todos os estados e municípios com população ≥ 150 mil habitantes	Portaria Nº 2512 de 28 de setembro de 2017	190 municípios	Programa de financiamento das ações de alimentação e nutrição (FAN)

Análise do Fundo de Alimentação e Nutrição

- Estudo: Análise das normas legais do Fundo de Alimentação e Nutrição no período de 2006 a 2011
- Metodologia
 - Identificação e análise das portarias
 - Sistema de legislação em saúde
 - Comparação orientada pela lei complementar LC 95/1998 e LC 107/2001

Análise do Fundo de Alimentação e Nutrição

- Resultados
 - Ocorreram mudanças na portarias do FAN que são editadas a cada ano
 - Mudanças no objeto e finalidade até as justificativas, considerando novas ações, programas e políticas na área da saúde ligadas diretamente a Alimentação e Nutrição
 - Aumento de 283% municípios contemplados
 - Incremento de 113% no orçamento de 2006 a 2011

Análise do Fundo de Alimentação e Nutrição

- Projeto AVAFAN
 - Avaliação do repasse anual fundo a fundo para estruturação e implementação das ações de Alimentação e Nutrição

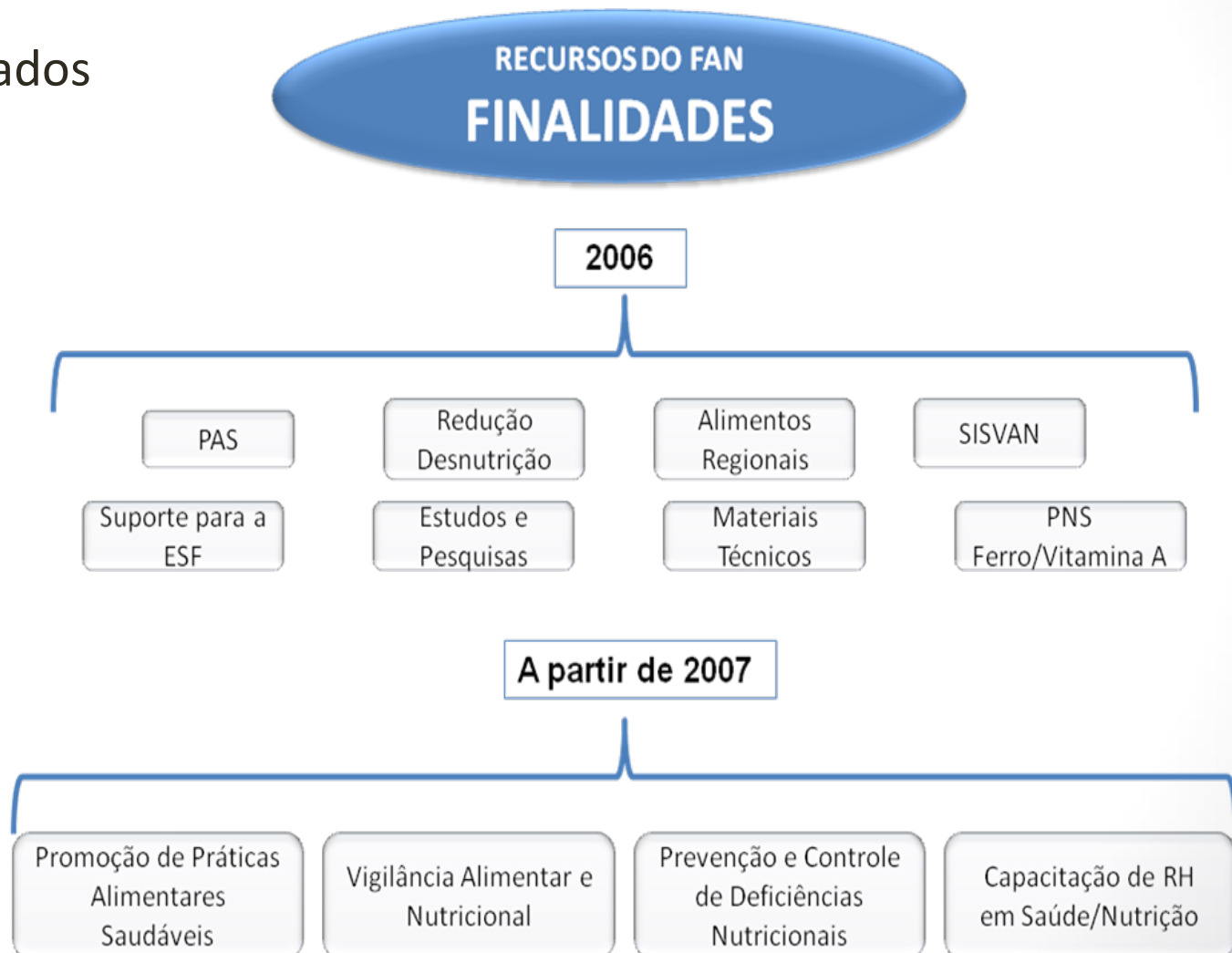


Análise do Fundo de Alimentação e Nutrição

- Metodologia
 - Análise documental de 6 portarias
 - Aplicação de 87 questionários
 - Realização de 44 entrevistas
 - Realização de 3 grupos focais
 - Análise da estrutura física de acordo com LC 95/1998

Análise do Fundo de Alimentação e Nutrição

- Resultados



Análise do Fundo de Alimentação e Nutrição

- Repasse e execução dos recursos

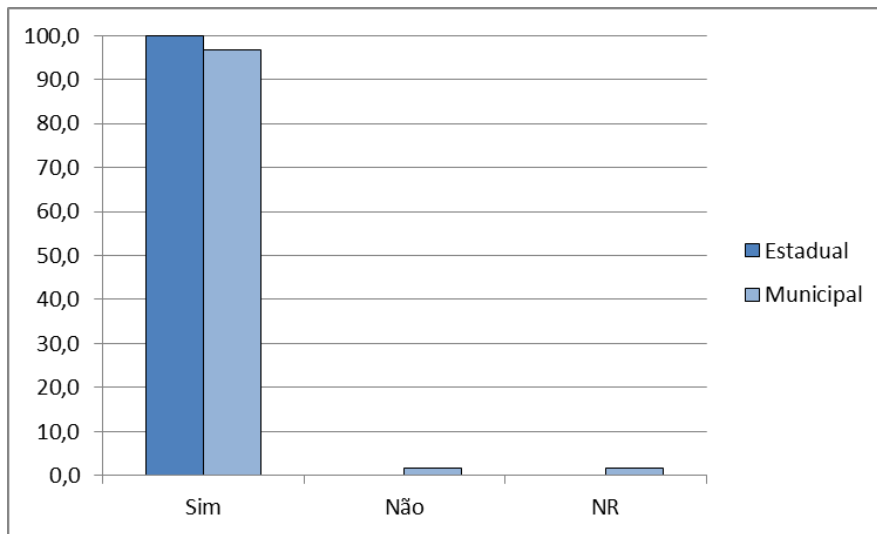


Figura 2. Regularidade no repasse dos recursos financeiros do FAN

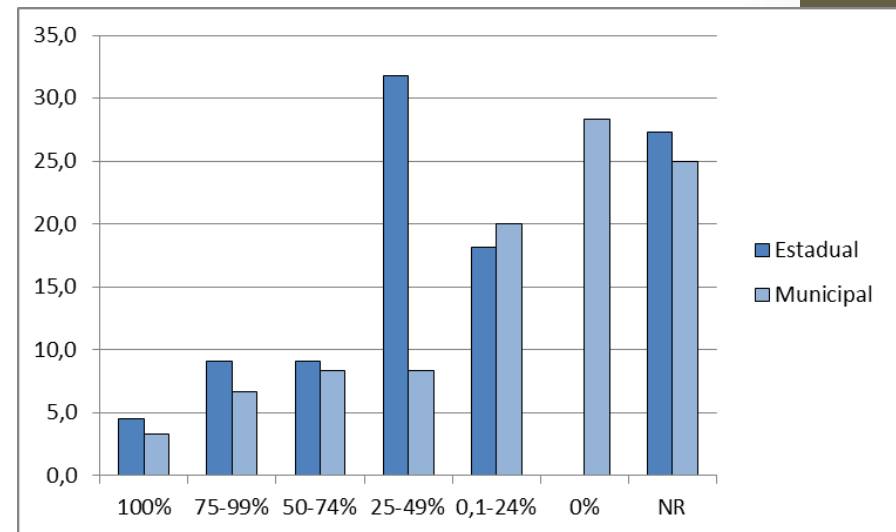


Figura 3. Percentual dos recursos do FAN executados em 2012

Análise do Fundo de Alimentação e Nutrição

- Força de trabalho para gestão de A&N

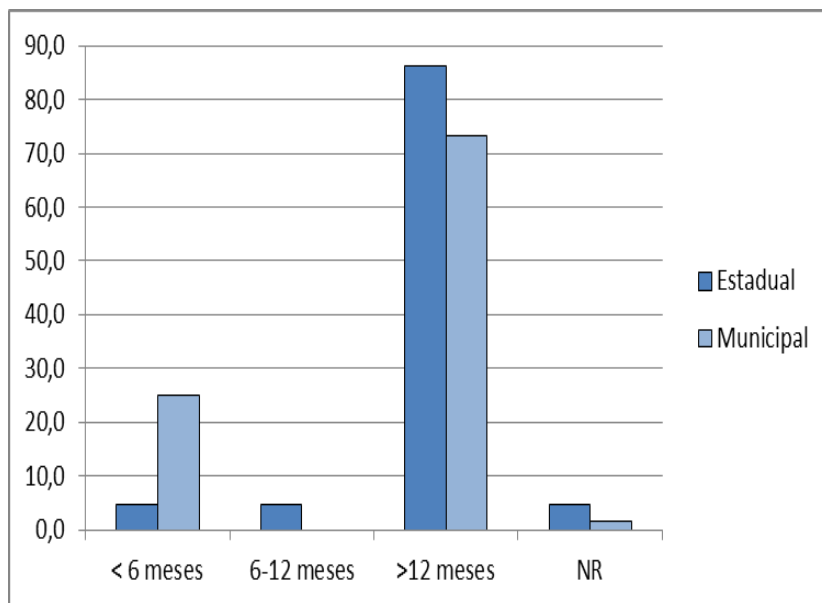
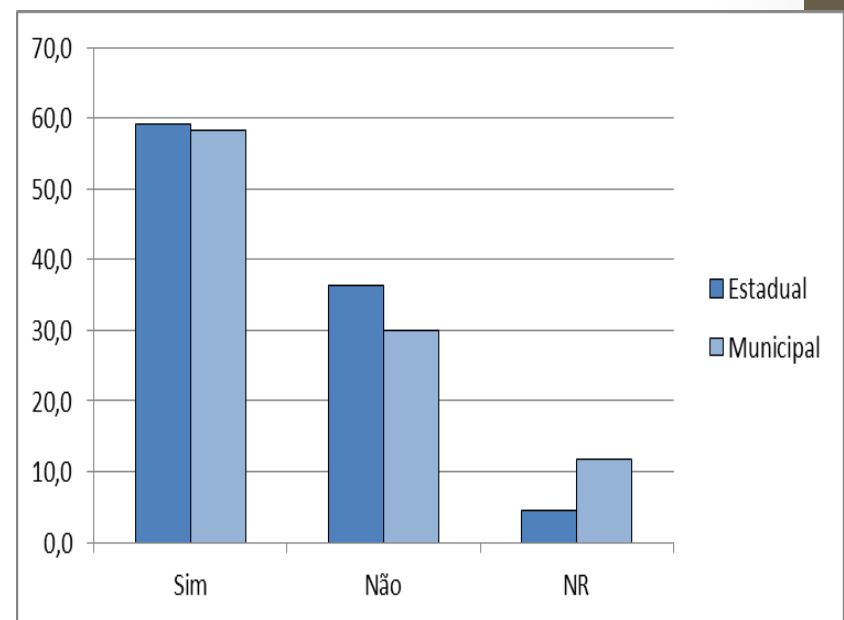


Figura 5. Tempo no cargo de Responsável Técnico de Alimentação e Nutrição (RTAN)



Figuras 6. Responsável Técnico de Alimentação e Nutrição formalmente indicado

Análise do Fundo de Alimentação e Nutrição

- Planejamento e Controle social

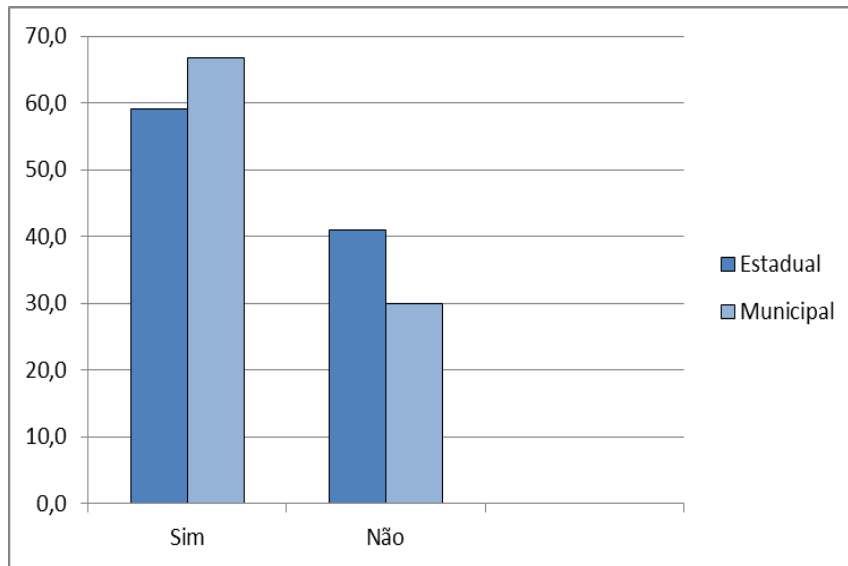


Figura 8. Existência de Plano Estadual ou Municipal específico para A&N

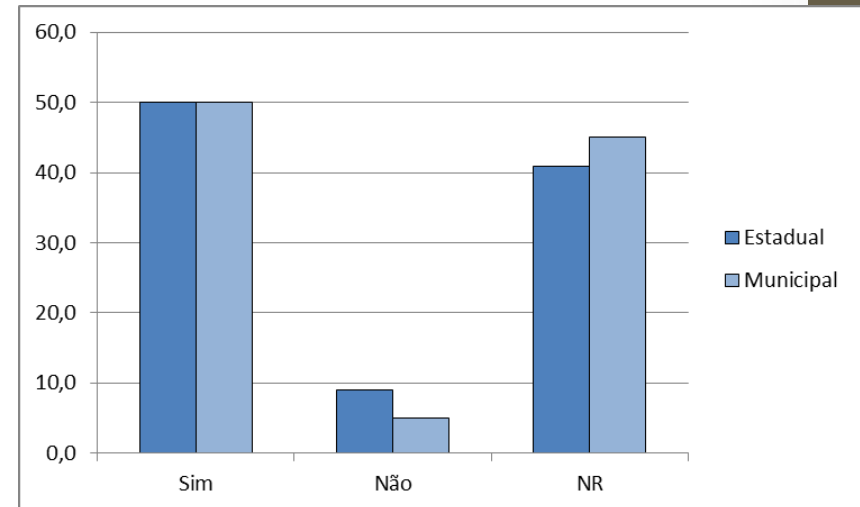


Figura 9. Plano Est./ Munic. de A&N incluído no Plano Estadual/ Municipal de Saúde

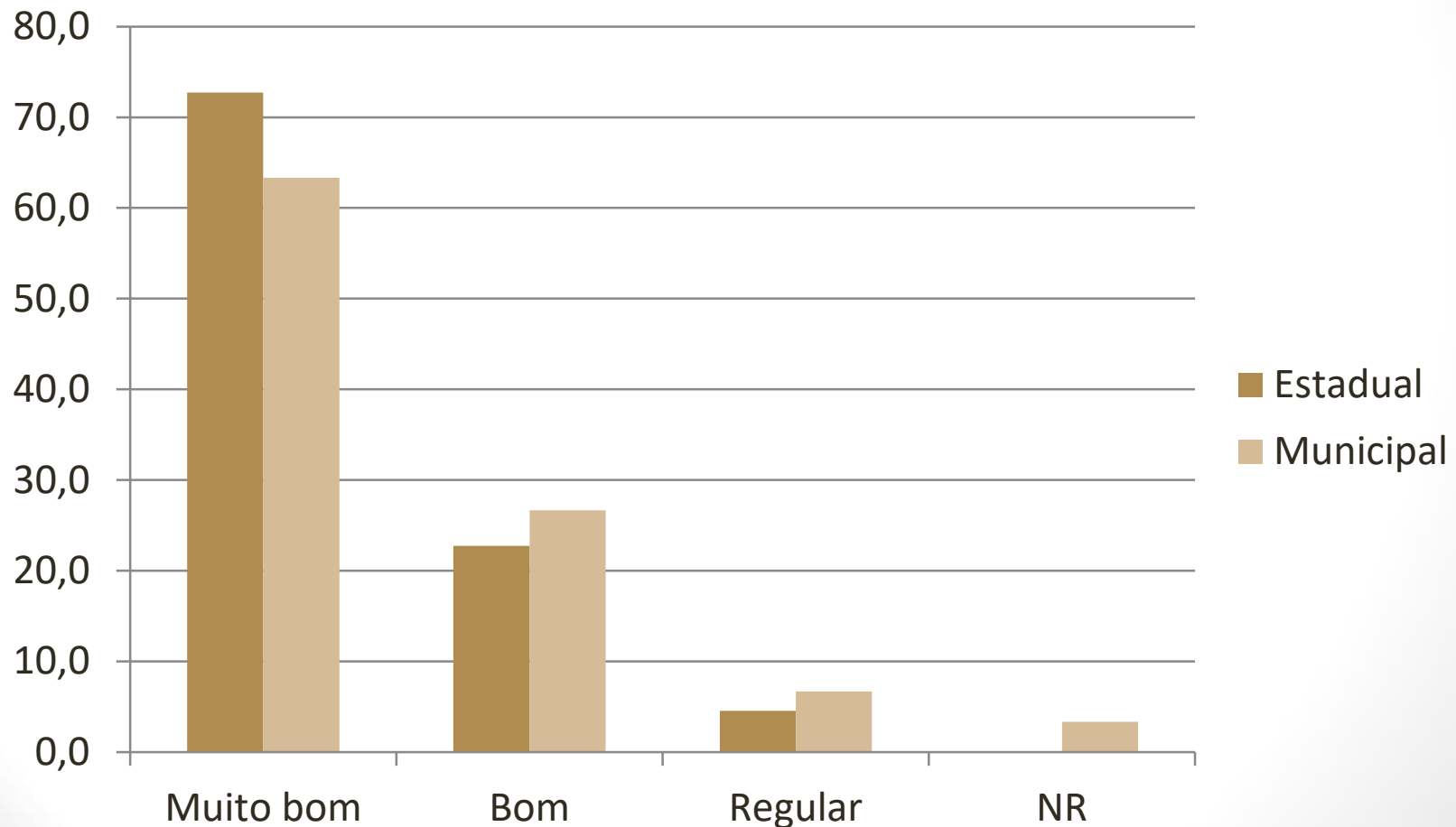
Análise do Fundo de Alimentação e Nutrição

- Ações financiadas com FAN



Análise do Fundo de Alimentação e Nutrição

- Avaliação geral



Análise do Fundo de Alimentação e Nutrição - FORMSUS

Diretrizes prioritárias expressas pela Portaria do FAN nas quais foram desenvolvidas ações de alimentação e nutrição pelas secretarias estaduais e municipais de saúde. Brasil, 2016

Diretriz	Número de entes federados	percentual
PAAS – Monitoramento – Prevenção e controle de agravos relacionados à alimentação e nutrição – qualificação de força de trabalho	38	27,94%
PAAS – Monitoramento – Prevenção e controle de agravos	27	19,85%
PAAS	13	9,56%
PAAS – Monitoramento – qualificação da força de trabalho	11	8,09%
PAAS – Prevenção de e controle de agravos	8	5,88%
PAAS – Monitoramento	6	4,41%

...

Análise do Fundo de Alimentação e Nutrição - FORMSUS

Atividades desenvolvidas por municípios que receberam o FAN em relação à diretriz de Promoção da alimentação adequada e saudável no ano de 2015

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	Nº	%
Desenvolvimento de grupos operativos envolvendo a temática sobre saúde e nutrição em articulação com os Núcleos de Apoio ao Saúde da Família – NASF	72	47,05
Desenvolvimento de Atividades de promoção da alimentação adequada e saudável no âmbito do Programa na Saúde e Escola	51	33,33
Desenvolvimento de oficinas de formação de tutores da Estratégia Amamenta e Alimenta	46	30,06
Outras	27	17,64
Desenvolvimento de atividades no âmbito do Programa Academia da Saúde	14	9,15

Análise do Fundo de Alimentação e Nutrição - FORMSUS

Atividades desenvolvidas pelos municípios que receberam o FAN em relação à Diretriz de Monitoramento da Situação Alimentar e Nutricional no ano de 2015

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	Nº	%
Registro das informações sobre o estado nutricional de diferentes grupos populacionais a partir do atendimento individual ou coletivo das equipes de atenção básica	82	35,19
Utilização de marcadores do consumo alimentar	64	14,16
Controle das carências nutricionais específicas e registro nos sistemas de informação correspondentes	33	6,44
Registro das morbidades associadas aos principais desvios nutricionais	29	27,47
Aquisição de equipamentos antropométricos	15	12,45
Realização de pesquisa envolvendo aspectos relacionados à alimentação e nutrição da população.	8	3,43
Outras Iniciativas	2	0,86

Análise do Fundo de Alimentação e Nutrição - FORMSUS

Ações de Monitoramento da Situação Alimentar e Nutricional segundo público-alvo ao qual se destinaram.

O PÚBLICO ALVO	Nº	%
Crianças de 0 a 2 anos	81	52,94
Crianças de 2 a 10 anos	76	49,67
Gestantes	73	47,71
Adolescentes	49	32,02
Idosos	49	32,02
Adultos	45	29,41
Nutrizes	45	29,41

Análise do Fundo de Alimentação e Nutrição - FORMSUS

Iniciativas Desenvolvidas nos municípios que receberam o FAN segundo a Prevenção dos Agravos relacionados à Alimentação e Nutrição no ano de 2015.

INICIATIVAS DESENVOLVIDAS NO	Nº	%
Programas envolvendo a prevenção de doenças crônicas não transmissíveis	61	39,86
Programa Nacional de Suplementação de vitamina A	44	28,75
Programa Nacional de Suplementação de Ferro	41	26,79
Programas envolvendo a atenção nutricional voltados à desnutrição infantil	35	22,87
Outras Iniciativas	18	11,76

Análise do Fundo de Alimentação e Nutrição - FORMSUS

Ações de Prevenção dos agravos Relacionados à Alimentação e Nutrição no ano de 2015 segundo público Alvo

O PÚBLICO ALVO	Nº	%
Crianças de 6 a 59 meses (de 6 meses até 5 anos)	68	44,44
Crianças de 0 a 2 anos	67	43,79
Crianças de 5 a 10 anos de idade	67	43,79
Gestantes	53	34,64
Adultos	48	31,37
Idosos	45	29,41
Nutrizes	38	24,83
Adolescentes	34	22,22

Análise do Fundo de Alimentação e Nutrição - FORMSUS

Atividades Desenvolvidas por municípios que receberam o FAN segundo a Diretriz de Qualificação da Força de Trabalho em Alimentação e Nutrição

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM	MUNICIPAL	
	Nº	%
Capacitações	62	40,52
Educação permanente em saúde	44	28,75
Parcerias para participação em cursos de ensino à distância	21	13,72
Parceria com universidades/faculdades para desenvolvimento de especializações	16	10,45
Outras Iniciativas	12	7,84

Análise do Fundo de Alimentação e Nutrição - FORMSUS

Ações de qualificação da força de trabalho desenvolvidas por municípios que receberam o FAN no ano de 2015 segundo público-alvo.

PÚBLICO ALVO	Nº	%	
Profissionais de saúde da atenção básica	66	43,13	
Trabalhadores da equipe da secretaria de saúde responsáveis pela gestão das ações de alimentação e nutrição	44	28,75	
Profissionais de saúde do âmbito hospitalar	29	18,95	
Gestores das regionais de saúde	5	3,26	
Outras	2	1,30	

Dúvidas sobre a utilização do FAN

- Despesa de custeio
 - Material gráfico
 - Manutenção e conservação de equipamento de processamento de dados
 - Pen-drive
 - Peças de informática para reposição imediata ou para estoque
 - Despesas com diárias pagas a prestadores de serviços para a administração pública
 - Manutenção de software
 - Suporte de infraestrutura de T.I.
 - Suporte a usuários de T.I.
- Despesas de capital
 - Obras e instalações
 - Máquinas e equipamentos
 - Aquisição de software
 - Aquisição de softwares sob encomenda
 - Veículos
 - Bens móveis

Dúvidas sobre a utilização do FAN

- Vetada para fins diversos aos ora previstos
 - Despesas de capital
 - Tratamento de doenças ou reabilitação de pacientes
 - Aquisição de alimentos
 - Suplementos alimentares
 - Fórmulas alimentares
 - Vitaminas e minerais

Dúvidas sobre a utilização do FAN

- Ações decorrentes das diretrizes podem ser expressas em:
 - Fomentar as ações de prevenção e controle das carências nutricionais, com gestão do PSAN e PNSF
 - Adequação de equipamentos e estrutura física dos serviços de saúde para realização das ações de vigilância em alimentação e nutrição (manutenção de equipamentos antropométricos e pequenas reformas)
 - Garantia do processo de educação permanente e continuada em alimentação e nutrição para trabalhadores de saúde

Dúvidas sobre a utilização do FAN

- Ações decorrentes das diretrizes podem ser expressas em:
 - Garantia de processos adequados de trabalho para organização da alimentação e nutrição no SUS. Oferta de ações de alimentação e nutrição ou políticas para enfrentamentos das principais expressões de insegurança alimentar e nutricional
 - Construção e atualização de protocolos, manuais e normas técnicas da Rede de Atenção à Saúde dos municípios e\ou região de saúde
 - Implementação de ações de incentivo ao aleitamento materno e de promoção da alimentação complementar saudável para crianças menores de dois anos;

Dúvidas sobre a utilização do FAN

- Ações decorrentes das diretrizes podem ser expressas em:
 - Promoção da alimentação adequada e saudável
 - Reforço ao acompanhamento das condicionalidades de saúde das crianças beneficiárias do Programa Bolsa Família
 - Acompanhamento da situação alimentar e nutricional da população por meio do SISVAN e outras fontes de informação, como outros SIS, pesquisas, inquéritos e estudos de base local;

Dúvidas sobre a utilização do FAN

- Ações decorrentes das diretrizes podem ser expressas em:
 - Monitoramento e acompanhamento dos programas e ações estratégicas de alimentação e nutrição (PNSF, PNSA, EAAB, Estratégia intersectorial de prevenção e controle da obesidade, PBF, VAN, bem como programas de iniciativa local para enfrentamento de problemas de maior magnitude localmente, se houver);

Municípios de Santa Catarina contemplados com o FAN 1

UF	Município	IBGE	Porte Populacional (IBGE)	Recurso	Portaria
SC	Araquari	420130	26875	R\$ 12.000,00	Portaria nº 55/GM/MS, 6 de janeiro de 2017
SC	Araranguá	420140	62308	R\$ 12.000,00	Portaria nº 55/GM/MS, 6 de janeiro de 2017
SC	Balneário Camboriú	420200	113319	R\$ 12.000,00	Portaria nº 55/GM/MS, 6 de janeiro de 2017
SC	Biguaçu	420230	59736	R\$ 12.000,00	Portaria nº 55/GM/MS, 6 de janeiro de 2017
SC	Blumenau	420240	316139	R\$ 35.000,00	Portaria nº 1.060/GM/MS, 24 de maio de 2016
SC	Braço do Norte	420280	29672	R\$ 16.000,00	Portaria nº 55/GM/MS, 6 de janeiro de 2017
SC	Brusque	420290	109950	R\$ 16.000,00	Portaria nº 55/GM/MS, 6 de janeiro de 2017
SC	Caçador	420300	71886	R\$ 16.000,00	Portaria nº 55/GM/MS, 6 de janeiro de 2017
SC	Camboriú	420320	65520	R\$ 16.000,00	Portaria nº 55/GM/MS, 6 de janeiro de 2017
SC	Campos Novos	420360	33313	R\$ 16.000,00	Portaria nº 55/GM/MS, 6 de janeiro de 2017
SC	Canoinhas	420380	52937	R\$ 16.000,00	Portaria nº 55/GM/MS, 6 de janeiro de 2017
SC	Chapecó	420420	189052	R\$ 20.000,00	Portaria nº 1.060/GM/MS, 24 de maio de 2016
SC	Concórdia	420430	69462	R\$ 16.000,00	Portaria nº 55/GM/MS, 6 de janeiro de 2017
SC	Criciúma	420460	195614	R\$ 20.000,00	Portaria nº 1.060/GM/MS, 24 de maio de 2016
SC	Curitibanos	420480	38003	R\$ 16.000,00	Portaria nº 55/GM/MS, 6 de janeiro de 2017
SC	Florianópolis	420540	433158	R\$ 40.000,00	Portaria nº 1.060/GM/MS, 24 de maio de 2016
SC	Fraiburgo	420550	34796	R\$ 16.000,00	Portaria nº 55/GM/MS, 6 de janeiro de 2017
SC	Gaspar	420590	59728	R\$ 16.000,00	Portaria nº 55/GM/MS, 6 de janeiro de 2017
SC	Guaramirim	420650	36640	R\$ 16.000,00	Portaria nº 55/GM/MS, 6 de janeiro de 2017
SC	Içara	420700	60374	R\$ 16.000,00	Portaria nº 55/GM/MS, 6 de janeiro de 2017
SC	Imbituba	420730	40845	R\$ 16.000,00	Portaria nº 55/GM/MS, 6 de janeiro de 2017

Municípios de Santa Catarina contemplados com o FAN 2

UF	Município	IBGE	Porte Populacional (IBGE)	Recurso	Portaria
SC	Indaial	420750	57068	R\$ 16.000,00	Portaria nº 55/GM/MS, 6 de janeiro de 2017
SC	Itajaí	420820	188791	R\$ 20.000,00	Portaria nº 1.060/GM/MS, 24 de maio de 2016
SC	Itapema	420830	48807	R\$ 16.000,00	Portaria nº 55/GM/MS, 6 de janeiro de 2017
SC	Joinville	420910	526338	R\$ 50.000,00	Portaria nº 1.060/GM/MS, 24 de maio de 2016
SC	Lages	420930	156604	R\$ 20.000,00	Portaria nº 1.060/GM/MS, 24 de maio de 2016
SC	Laguna	420940	52166	R\$ 16.000,00	Portaria nº 55/GM/MS, 6 de janeiro de 2017
SC	Mafra	421010	53361	R\$ 16.000,00	Portaria nº 55/GM/MS, 6 de janeiro de 2017
SC	Navegantes	421130	63764	R\$ 16.000,00	Portaria nº 55/GM/MS, 6 de janeiro de 2017
SC	Pomerode	421320	28610	R\$ 16.000,00	Portaria nº 55/GM/MS, 6 de janeiro de 2017
SC	Porto União	421360	33740	R\$ 16.000,00	Portaria nº 55/GM/MS, 6 de janeiro de 2017
SC	Rio do Sul	421480	62658	R\$ 16.000,00	Portaria nº 55/GM/MS, 6 de janeiro de 2017
SC	Rio Negrinho	421500	40169	R\$ 16.000,00	Portaria nº 55/GM/MS, 6 de janeiro de 2017
SC	São Bento do Sul	421580	76215	R\$ 16.000,00	Portaria nº 55/GM/MS, 6 de janeiro de 2017
SC	São Francisco do Sul	421620	44064	R\$ 16.000,00	Portaria nº 55/GM/MS, 6 de janeiro de 2017
SC	São João Batista	421630	27982	R\$ 16.000,00	Portaria nº 55/GM/MS, 6 de janeiro de 2017
SC	São José	421660	215278	R\$ 30.000,00	Portaria nº 1.060/GM/MS, 24 de maio de 2016
SC	São Miguel do Oeste	421720	36908	R\$ 13.000,00	Portaria nº 55/GM/MS, 6 de janeiro de 2017
SC	Tijucas	421800	32087	R\$ 13.000,00	Portaria nº 55/GM/MS, 6 de janeiro de 2017
SC	Timbó	421820	37894	R\$ 13.000,00	Portaria nº 55/GM/MS, 6 de janeiro de 2017
SC	Tubarão	421870	98412	R\$ 13.000,00	Portaria nº 55/GM/MS, 6 de janeiro de 2017
SC	Videira	421930	48064	R\$ 13.000,00	Portaria nº 55/GM/MS, 6 de janeiro de 2017
SC	Xanxerê	421950	45140	R\$ 13.000,00	Portaria nº 55/GM/MS, 6 de janeiro de 2017

Vigilância Alimentar e Nutricional

- Recurso de capital;
- Portaria nº 2975, de 14 de dezembro de 2011
- Repasse fundo a fundo para contemplar:
 - I – Polos do Programa Academia da saúde - 1.500,00
 - II – Unidades básicas de saúde com pelo menos uma equipe com adesão ao PMAQ
- Municípios são contemplados por nota de estratificação do PMAQ.

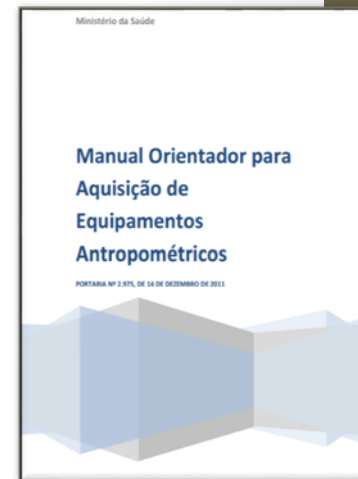
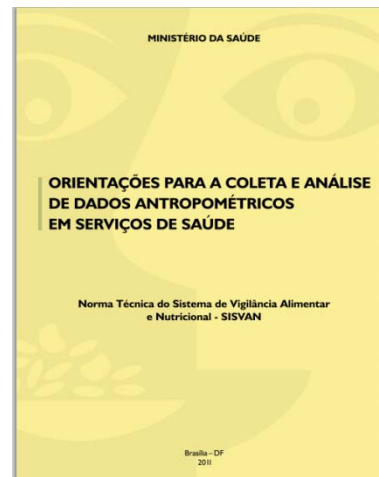
Kit UBS compõe:

- Balança pediátrica
- Estadiômetro infantil/antropômetro;
- Balança adulta, preferencialmente com capacidade para diagnosticar obesidade mórbida.
- Fita antropométrica

Kit Polo compõe:

- Estadiômetro;
- Balança adulta, preferencialmente com capacidade para diagnosticar obesidade mórbida.
- Fita antropométrica
- OBS.: Outros equipamentos podem ser adquiridos: balança de campo para os ACS, bioimpedância

Vigilância Alimentar e Nutricional



Curso de Vigilância Alimentar e Nutricional na Redenutri

Lançamento da Versão 3.0 do Sisvan
como parte da integração com o E-
SUS AB

<http://ecos-redenutri.bvs.br/>

***Coordenação-Geral de Alimentação e
Nutrição***

CGAN/ DAB / SAS

Ministério da Saúde

*SAF Sul, Quadra 2, Lote 5/6, Edifício
Premium - Torre II, Auditório, Sala 8*

70070 - 600 - Brasília-DF

E-mail: cgan@saude.gov.br

55 (61) 3315-9004

Obrigada!

